

**IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA:** Agrupamento de Escolas Ovar Sul - Escola Secundária Júlio Dinis

**CÍRCULO:** Eleitoral de Aveiro

**SESSÃO:** Ensino Básico

## **PROJETO DE RECOMENDAÇÃO**

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

(Considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas; máximo 3000 caracteres. Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.)

Segundo os dados estatísticos da Comissão Europeia, em 2012, e quando comparados com a Europa, o nosso país destaca-se com percentagens mais elevadas em vários comportamentos preconceituosos face a questões como a deficiência, a orientação sexual e a identidade de género, pois mais de metade da população inquirida assinala estes comportamentos como sendo comuns no nosso país. Obviamente estes preconceitos refletem-se nos comportamentos da população portuguesa em atitudes como o bullying, escárnio, segregação, agressão física e psicológica, desprezo e recusa de acesso a bens e serviços.

A legislação portuguesa já considera a maioria destes comportamentos como crime, contudo, a vigilância e imposição da legislação torna-se difícil quando lidamos com algo tão profundo como a mentalidade social e a personalidade individual e coletiva. De facto, a História prova que a estrutura mental das populações demora muito tempo a mudar e só mudando a forma de pensar podemos alterar os comportamentos que se eternizam ao longo de gerações.

Por este motivo, defendemos que é fundamental englobar toda a comunidade na formação, vigilância, apoio e acompanhamento de vítimas e agressores. Para mudar mentalidades temos de começar pelas camadas mais jovens da população, por isso uma das medidas visa formar as crianças e jovens do nosso país e levá-los a superar preconceitos incutidos pela sociedade em que estão inseridos e pela mentalidade dominante.

Mas, ainda que se consigam mudar mentalidades, continuarão a existir vítimas e essas têm de ser protegidas dos agressores e temos de lhes garantir segurança e apoio para o que muitas vezes se torna um novo início de vida. Daí que a nossa segunda medida se centre no apoio às vítimas em várias vertentes, material, social, jurídica, psíquica para que possam ultrapassar medos e traumas resultantes dos comportamentos de que foram vítimas e para que possam continuar a sua vida

sem receio e sem se tornarem potenciais agressores.

Contudo, garantir a segurança das vítimas mas não fazer nada para alterar a atitude dos agressores é condenar estas medidas ao fracasso, pois estes agressores iriam continuar com os mesmos comportamentos, ainda que fossem sujeitos a medidas punitivas. Além disso, muitos dos agressores são vítimas de traumas que sofreram e da mentalidade conservadora e preconceituosa da sociedade em que se inserem e sem acompanhamento irão manter a sua atitude. Por isso, com a primeira medida pretendemos chegar aos agressores e reintegrá-los na sociedade, é com esse intuito que propomos um acompanhamento obrigatório que os auxilie na perceção dos erros cometidos, na superação de traumas e no visionamento de novos caminhos a seguir. Por um lado garante-se a segurança das vítimas e por outro permite-se ao agressor desconstruir os seus preconceitos e moldar a sua forma de atuação no relacionamento interpessoal e integrá-lo de forma positiva na sociedade garantindo-lhes uma rede de apoio profissional e psicológico.

#### **MEDIDAS PROPOSTAS**

(Redigir com clareza e objetividade, sem alíneas; máximo 500 caracteres.  
Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.)

1. Acompanhamento, vigilância e punição obrigatórias aos agressores com comportamentos discriminatórios resultantes de diferentes tipos de preconceitos: aplicação da pulseira eletrónica a agressores com crimes graves; aplicação, a todos, de horas de trabalho comunitário e obrigatoriedade de um acompanhamento por uma equipa multifuncional, a qual faria uma avaliação psicossocial para determinar a periodicidade e duração do acompanhamento.
2. Criação do projeto “Despreconceitar”, destinado às vítimas de qualquer tipo de discriminação/preconceito, em parceria com a Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, os Serviços de Saúde e as Forças de Segurança Pública. Este projeto visaria criar uma Rede Nacional de Apoio com diversas vertentes: Casas de apoio imediato; Gabinetes de apoio psíquico, social e legislativo; Sessões de terapia de grupo; Linhas telefónicas gratuitas de apoio jurídico, psíquico e social.
3. Substituir a hora de oferta de escola pela implementação, no Currículo Nacional do Ensino Básico (2º e 3º ciclos), de aulas de cidadania obrigatórias, que permitissem aos alunos

abordar vários temas essenciais para uma mudança de atitudes e comportamentos (ex: raças, religiões, nacionalidades, doenças, incapacidades / pessoas portadoras de deficiência, educação sexual, discriminação e preconceito).

**Nota importante**

Depois de preencher o projeto de recomendação, deverá gravá-lo em formato PDF e anexá-lo ao formulário eletrónico disponível, a partir do início de janeiro, na página Internet do Parlamento dos Jovens: [www.jovens.parlamento.pt](http://www.jovens.parlamento.pt).